

SADC:

O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, reafirmou os ideais da SADC, de com estabilidade, acelerar o crescimento e alcançar o desenvolvimento, erradicando a pobreza, as doenças endémicas e as sequelas do subdesenvolvimento.

DOS SANTOS REAFIRMA IDEAIS PELO BEM-ESTAR



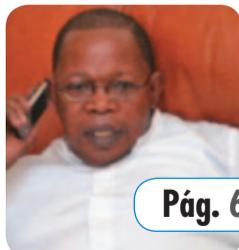
Pág. 2

28 DE AGOSTO EM PORTUGAL



Pág. 16

CASA DE ANGOLA EM COIMBRA NÃO QUER ANGOLANOS EXPULSOS DE PORTUGAL



Pág. 6

PALANCA NEGRA GIGANTE REPRODUZ NO LUANDO



Pág. 9

"FORÇA SUPREMA" DOM G PREPARA NOVO DISCO



Pág. 13

JOSÉ LUÍS GOMES «ANGOLA TEM DE TER JOGADORES NAS MAIORES LIGAS EUROPEIAS»



Pág. 14

ANGOLANO SUB-20 DO BENFICA QUER REPRESENTAR "CINCO" NACIONAL



Pág. 15

SAÚDE MATERNO-INFANTIL: ANGOLA REGISTA "RESULTADOS SIGNIFICATIVOS"

Pág. 10

NOTA DE REDACÇÃO



Com imensa satisfação saímos à rua com vários motivos, nesse mês que via nascer, no dia 28, o Presidente José Eduardo dos Santos. Em nota assinada pela sua primeira secretária, Rosa da Silva de Almeida, o Comité da Comunidade do MPLA em Portugal considera José Eduardo dos Santos "incansável combatente em prol dos anseios do povo angolano", constituindo-se "ao longo dos seus 68 anos num exemplo para os angolanos e africanos em particular, mas também para o mundo, com o seu empenho pessoal a favor dos povos oprimidos e pela paz no mundo". Nesta edição, e com motivos que nos acalentam esperanças, registámos o facto de se verificar uma acentuada diminuição da taxa de mortalidade materno-infantil no País, assim como o anúncio da reprodução da palanca negra gigante, na Reserva do Luando, onde nasceram nove crias, um passo importante visando a preservação desta espécie. Entre outras, destacamos, também, a entrevista ao presidente da Casa de Angola em Coimbra, que, além de anunciar os vários projectos em manga, aborda questões atinentes à situação dos angolanos imigrados, sobretudo, na região centro das terras de Camões. Com tristeza, vimos partir o deputado e médico Eduardo Nelumba e o Frei João Domingos, falecidos em Espanha e em Portugal, respectivamente, assim como o antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, e o jovem engenheiro Dany Cadete, que entre 1999 e 2001 foi primeiro secretário da JMPLA em Portugal e um activo dirigente da Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP). A vida tem destas coisas!

PS: Agradecemos, mais uma vez, o apoio e carinho que o *Jornal Mwangolé* tem recebido dos angolanos e amigos de Angola em vários cantos de Portugal. Insistimos para não deixarem de colaborar, enviando matérias susceptíveis de publicação: fotos de casamentos, aniversários, baptizados, entre outros, pois, **MWANGOLÉ É NOSSO!**



PRESIDENTE DA REPÚBLICA REAFIRMA IDEAIS DA SADC PELO BEM-ESTAR

O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, reafirmou os ideais da SADC, de com estabilidade, acelerar o crescimento e alcançar o desenvolvimento, erradicando a pobreza, as doenças endémicas e as sequelas do subdesenvolvimento.

"Cooperando como parceiros iguais e com vantagens recíprocas, caminhamos para a integração sub-regional e para a construção de um mundo cada vez mais seguro para todos e mais equilibrado no plano espiritual e material", considerou, num depoimento lido pelo vice-presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, na cerimónia de encerramento da 30ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, e das comemorações do 30º aniversário da fundação da organização regional. Na mensagem, sublinha que "a história da SADC tem uma trajectória intimamente ligada à situação política, militar, económica e social da África Austral nos finais da década de 70 e início dos anos 80 do século XX". Lembra que quando Angola e Moçambique se tornaram independentes, pondo assim fim ao colonialismo português em África, estava instalado o regime racista de Ian Smith, na Rodésia, hoje República do Zimbábue, e o sistema do apartheid, na África do Sul, baseado na segregação racial e que ocupava ilegalmente a Namíbia. Adianta que os povos soberanos juntaram-se aos outros estados independentes da região e assumiram, então a obrigação moral e política de apoiar a luta dos povos ainda sujeitos à dominação e à discriminação racial, até a sua libertação e a libertação total do continente africano, como preconizava a Organização de Unidade Africana (OUA).



Assim, recorda o Presidente da República, impunha-se a conjugação de esforços e a definição de uma estratégia de luta que passasse pela clarificação da contradição principal e do inimigo directo, contra o qual era necessário cerrar fileiras, mobilizar e organizar forças, vontades e meios até se alcançar a vitória final. Diz que foi neste quadro que surgiu a organização de países da "Linha da Frente", que tinha na altura como objectivo não só a coordenação de esforços, mas contribuir também para consolidar as independências dos



países que tinham acabado de se libertar do jugo colonial. Afirmo que a resposta dos governos racistas da Rodésia e da África do Sul de então foi a destabilização generalizada dos países da região com acções de carácter militar, económico e social, através de uma política de terror e terra queimada que causou muitas vítimas humanas e enormes danos materiais. A maior parte dos nossos países tinha laços fortes com a economia sul-africana, que os colocava numa situação de relativa dependência. Afirmo que delineou-se, na altura, um programa para a redução de dependência económica e depois de várias consultas no período de 1977 a 1979, foi decidida a criação na cimeira em Lusaka a um de Abril de 1980, da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). "O objectivo, como ficou estabelecido, era lutar pela libertação económica dos nossos países e promover o desenvolvimento de uma nova ordem política e económica na África Austral", asseverou. Tornou-se evidente que as iniciativas da região eram movidas pelo combate contra o inimigo comum, que dispunha não só de um grande arsenal bélico, mas também de grande capacidade económica e financeira, a que se tinha de fazer face. Homenageia os chefes de Estados como Agostinho Neto (Angola), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Samora Machel (Moçambique), e Seretse Khama (Botswana), que, como disse, ficarão para sempre na história da região, pela coragem e clarividência com que souberam vencer todos os obstáculos que encontraram pela frente, numa conjuntura internacional profundamente adversa. O Chefe de Estado angolano lembra, na altura, os povos de todo o mundo compreenderam que o seu combate era justo e que a sua dedicação pessoal e generosidade devia ser amplamente apoiada com várias manifestações de solidariedade no campo político, moral e material. ■



CONGO NA HISTÓRIA DA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, reconheceu, em Brazzaville, o apoio da República do Congo à luta de libertação nacional em Angola. O Presidente da República afirmou que “foi enorme a contribuição no domínio da solidariedade política, moral e até mesmo material que este povo deu ao povo de Angola”.

José Eduardo dos Santos, que falava à imprensa momentos depois de desembarcar no Aeroporto Internacional de Maya Maya, em Brazzaville, para participar nos festejos dos 50 anos de independência do Congo, afirmou que a sua presença na capital congoleza “diz-me muito a mim e a todos os angolanos, porque este país foi um dos que mais apoiou a luta de libertação nacional”. “Aqui estive o MPLA. Estiveram todos os principais dirigentes e foi enorme a contribuição no domínio da solidariedade política, moral e até mesmo material que este povo deu ao povo angolano”, disse o Presidente José Eduardo dos Santos. Integrado na delegação angolana para participar nas festividades, o diplomata angolano Emílio Guerra lembrou que o Congo acolheu o centro de comunicações “Angola combatente”, para além de várias bases militares angolanas nos primórdios da luta de libertação. Entre as pessoas com quem Emílio Guerra se lembra de ter trabalhado como especialista de telecomunicações, está José Eduardo dos Santos. Emílio Guerra assumiu que é de todo meritório reconhecer que o Congo faz parte da história da libertação nacional. No início da década de 60, o MPLA instalou-



se no Congo depois de abandonar Kinshasa, a capital da vizinha República Democrática do Congo, então Zaire. No Congo, o MPLA preparou a luta de libertação nacional. ■



ISATA REPRESENTA JEAN PING NA GUINÉ-BISSAU

O académico angolano Sebastião Isata é o novo representante especial do presidente da Comissão da União Africana (UA), para a Guiné-Bissau, desde finais de Julho. Sebastião Isata atribuiu a escolha como resultado da “consideração que Jean Ping tem por Angola, devido à posição estratégica que o País ocupa no contexto de África”. O novo representante de Jean Ping para a Guiné-Bissau admitiu, contudo, que para a sua escolha terá pesado o apoio das autoridades governamentais angola-

nas, nomeadamente o Presidente José Eduardo dos Santos, que sancionou a candidatura. Sebastião Isata disse estar convicto da difícil tarefa. O diplomata nasceu na província do Uíge, há 52 anos, tem licenciatura (em Cuba) e mestrado (Estados Unidos) em Relações Internacionais, e é professor da cadeira de Direito Internacional em várias universidades. No Governo foi vice-ministro das Relações Exteriores, cargo que o manteve em “contacto com assuntos internacionais, particularmente africanos”. ■



CNE JÁ TEM NOVOS REPRESENTANTES

A Assembleia Nacional elegeu, este mês, por consenso, a juíza Susana Inglês, para o cargo de presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) para um mandato de quatro anos. Suzana Inglês recebeu o voto favorável dos 181 deputados presentes na altura da eleição e substituiu no cargo Caetano de Sousa. O Parlamento elegeu também os representantes na CNE. Trata-se de Júlia Ferreira, João Damião e Alfredo Matias, pelo MPLA, Horácio Njunjuvili e Cláudio da Silva, pela UNITA, e

Quipoya Watele Chimbelengue, pelo PRS. A lista com os seis novos membros da CNE indicados pelo Parlamento também foi aprovada por unanimidade. A CNE é composta por dez membros: dois indicados pelo Presidente da República, seis pela Assembleia Nacional, por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções, um representante do ministério da Administração do Território e um elemento do Conselho Nacional da Comunicação Social, eleito pelos pares. ■

RECOLHIDAS MILHARES DE ARMAS

A sub-comissão técnica para o desarmamento da população civil recolheu, desde Abril até nove de Agosto, em todo o País, 76.859 armas de fogo, anunciou o seu coordenador, comissário-chefe Paulo Gaspar de Almeida, que adiantou que boa parte do armamento em posse das autoridades foi apreendida de forma coerciva, durante as actividades policiais. Disse que algumas armas retiradas dos marginais são novas, o que preocupa as autoridades competentes. Está agora em curso um trabalho para identificar a sua origem, mas descartou a possibilidade de haver traficantes de armas no País. Paulo de Almeida disse que continuam a ser encontrados paíóis com armamento de guerra. Os casos mais

recentes ocorreram nas províncias da Lunda-Norte e Moxico. Defendeu, por isso, um trabalho de mobilização e sensibilização com as autoridades locais e as comunidades, para indicarem os paíóis abandonados. A província de Lunda e da Huíla foram apontadas como as que mais armas de guerra recolheram até ao momento. De 2008 até 2010, disse, as atenções da comissão técnica para o desarmamento da população civil esteve virada para a recolha das armas. “Há ainda muita coisa a fazer. Temos de transformar as mentes, o País precisa de aderir a muitos protocolos internacionais para não criarmos vazios que nos dificultam a nossa acção no futuro”, afirmou Paulo de Almeida. ■



CASO TARRAFAL

EX-PRESOS CONTESTAM JORNALISTA

Os membros do Processo dos 50 e ex-presos políticos estão indignados com a notícia publicada pelo semanário português "Expresso", segundo a qual o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo-Verde, "não era uma prisão, mas sim um paraíso..."



Em conferência de imprensa para reagir ao teor da notícia, o nacionalista Beto Van-Dúnem disse que ficou chocado com a gravidade de tal afirmação, atribuída ao jornalista e investigador cabo-verdiano José Vicente Lopes, sobretudo por fazer fé que "todos os cidadãos deste país têm conhecimento do que realmente se passou naquele campo de concentração". Beto Van-Dúnem recordou que o local é um marco da história de libertação nacional de Portugal e dos países africanos de expressão portuguesa. "Nós, no Tarrafal, éramos presos, realizávamos trabalhos forçados e nunca vimos cinema, biblioteca e nem havia livros ou outra qualquer diversão como a notícia pretende fazer crer", garantiu. O nacionalista afirmou que o autor da "infâmia" tem a intenção de denegrir o seu próprio governo, o seu país e a memória de todos quantos perderam a vida naquele local. Beto Van-Dúnem disse que ainda não estabeleceu qualquer contacto com as entidades superiores do país, mas que tão logo seja possível tenciona deslocar-se a Cabo-Verde a fim de confrontar a fonte da notícia e repor a verdade. Amadeu Amorim, outro preso político que viveu os maus-tratos no campo de concentração do Tarrafal, disse que no local foram escritas páginas de sangue, e "foi ali onde passaram também os elementos que lutaram pelas independências de todos os países africanos de expressão portuguesa". "Estamos, efectivamente, agastados com essa atitude e maneira de denegrir toda uma luta de gente que por lá passou", lamentou Amadeu Amorim. O campo de concentração do Tarrafal foi construído pelo regime fascista de Salazar na Ilha de Santiago para receber presos políticos, entre os quais se destacam os angolanos António Jacinto, António Cardoso, Luandino Vieira e Mendes de Carvalho, que cumpriram penas pesadas. Também conhecido por "campo da morte lenta", começou a funcionar em Outubro de 1936, tendo posteriormente sido encerrado em 1954. Em 1962 voltou a reabrir, mas apenas para receber presos políticos das ex-colónias. Foi definitivamente encerrado após o 25 de Abril de 1974. ■

MORREU FIGURA DO "PROCESSO DOS 50"

O nacionalista André Franco de Sousa morreu no passado dia 17 em Lisboa, Portugal. André Franco de Sousa faz parte do "Processo dos 50", tendo sido preso na segunda leva de detenções dos activistas que defendiam a independência de Angola. Com ele foram presos nomes como Ilídio Machado, Higino Aires, Carlos Alberto Van-Duném, Amadeu Amorim, Gabriel Leitão ou Liceu Vieira Dias. Depois do 25 de Abril, com Aurora Verdades, fundou um partido político. Depois do Acordo do Alvor, assinado entre Portugal e os três movimentos de libertação reconhecidos, tomou posse o Governo de Transição e André Franco de Sousa partiu para Portugal. Nos últimos anos adoeceu e acabou por falecer de doença prolongada. ■

GUERRA DE ANGOLA CAUSOU MAIS DE 50 MIL DEFICIENTES

A guerra de Angola causou mais de 50 mil portadores de deficiência, segundo o vice-ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Clemente Canjuca, recordando que Angola teve uma guerra de longa duração, com 14 anos de Luta de Liberta Nacional e 27 anos de Conflito Armado Interno, o que perfaz 41 anos de guerra que causou um número muito elevado de deficientes.

"Sabemos que temos 30 mil deficientes sob o controlo do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e mais de 20 mil ainda sob o controlo das Forças Armadas", revelou. In-

formou que Angola já tem aprovada a legislação do regime de protecção especial dos antigos combatentes, bem como a dos deficientes de guerra, no seu ordenamento jurídico resultante da nova Lei Constitucional. "Os conceitos de antigo combatente, deficiente de guerra e de veterano da guerra já estão definidos, vamos agora definir o conceito de veterano da pátria, mas para isso temos que realizar uma Conferência Nacional", esclareceu. O Ministério assiste presentemente cerca de 180 mil pessoas, entre antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares dos combatentes tombados ou pericidos. ■

ESTATUTO DO DIPLOMATA NO EXECUTIVO

O Ministério das Relações Exteriores (MIREX) vai apresentar ao Executivo, nos próximos dias, o Estatuto do Diplomata, no âmbito do programa de reestruturação da instituição, com vista a levar a cabo o exercício diplomático de forma eficiente, segundo o vice-ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Bragança. Segundo o vice-ministro, o Estatuto do Diplomata é um documento importante para

o exercício da actividade diplomática dos funcionários da instituição, que têm incumbência de defender o país nos fóruns internacionais. "Estamos a fazer um trabalho amplo de reestruturação, temos já concluído o nosso estatuto orgânico e, temos também associado ao estatuto orgânico relativamente pronto, para ser presente ao Conselho de Ministros, o Estatuto do Diplomata", sublinhou. Carlos Al-

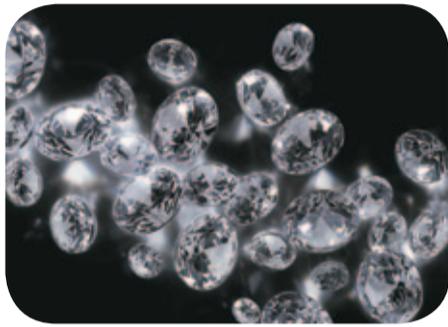
berto Bragança realçou que com o referido diploma, pretende-se conferir aos diplomatas condições condignas e compatíveis com as exigências que a sua actividade impõe, no quadro das preocupações existentes a nível institucional e recursos humanos. Lembrou aos deputados que o Ministério das Relações Exteriores é um órgão que emprega a diplomacia para defender, a nível internacional, a soberania do

Estado e, no entanto, precisa de condições infra-estruturais e não só, para que o exercício possa ser levado a cabo de modo a orgulhar os angolanos. Carlos Alberto Bragança afirmou, por outro lado, que a sequência dos trabalhos de reestruturação do MIREX é do domínio da regulamentação e infra-estruturas, bem como em sistemas de comunicações e informatização dos serviços. ■

CRESCIMENTO ECONÓMICO FACTOR DE ATRACÇÃO DE ESTRANGEIROS

A estabilidade e o crescimento económico que Angola regista nos últimos anos são factores de atracção para estrangeiros, afirmou, no Luena, a gestora de projectos da Organização Internacional de Migrações (OIM), Lerenia Pinto. A oficial da OIM, que falava na abertura do seminário sobre "Migração Mista", sustentou que os recursos naturais, como "petróleo e diamantes, tornam o País um pólo de atracção e corredor de trânsito para imigrantes que se dirigem para várias direcções do mundo". Por essa razão, considerou, as autoridades competentes devem desenvolver novas formas para compreensão do fenómeno migratório, avaliar as suas consequências e implementar políticas para o gerir. "Nesse movimento misto, o grande desafio que se coloca é a capacidade das autoridades governamentais que lidam com a gestão da migração em diferenciar o perfil das pessoas nele envolvidas", disse. A funcionária da OIM mostrou-se preocupada com o envolvimento das crianças, a

ausência de quadros legais e outras garantias que podem tornar os petizes vítimas de violência, tráfico e tortura. Recordou aos participantes que os imigrantes são titulares de direitos humanos fundamentais e, por isso, na gestão dos fluxos migratórios deve-se observar e respeitar estes pressupostos.



Lerenia Pinto defendeu que a migração mista constitui "matéria complexa", que requer uma abordagem profunda dos Estados, por constituir um movimento que inclui vários tipos de migrantes e por razões diversas. ■

LIGAÇÕES AÉREAS LUANDA/NAIROBI

As cidades de Luanda e Nairobi estão agora ligadas por via aérea, com a chegada, na primeira semana de Agosto, do voo inaugural da companhia Kenya Airways, que vai fazer dois voos semanais, às terças e sextas-feiras. Com capacidade para transportar 150 passageiros, o voo inaugural trouxe a Angola uma delegação queniana encabeçada pelo ministro da Comunidade da África Austral, Peter Munya, funcionários da Kenya Airways, jornalistas e empresários, além do embaixador plenipotenciário de Angola no Quênia, Tanzânia, Uganda e Burundi, Ambrósio Lukoki. O vice-ministro do Território,

Graciano Domingos, disse à imprensa que a ligação aérea entre os dois países é sinónimo da estabilidade que Angola vive e que o mundo está a perceber que é um País com futuro. Segundo o vice-ministro, as relações entre a TAAG e a Kenya Airways são um tributo àquilo que os presidentes do Quênia e de Angola fizeram no passado. "O Quênia é um país que está inscrito na história política de Angola porque, nos anos da independência, os líderes do Quênia intervieram na proclamação da independência de Angola, tendo aproximado os movimentos e dado apoio político e moral ao

ANGOLA REVÊ ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

O Executivo angolano conta com um Orçamento Geral do Estado para 2010 revisto, comportando receitas e despesas estimadas em três triliões, novecentos e cinquenta e nove biliões, setecentos e dezotoz mil milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e setenta kwanzas, aprovado pela Assembleia Nacional, com emendas e recomendações. Em sessão extraordinária, sob orientação do seu presidente, António Paulo Kassoma, o plenário aprovou o documento programático com 164 votos a favor, onze contra e cinco abstenções, tendo recomendado a redução em 280 mil milhões de kwanzas o volume das despesas públicas. Para os parlamentares, esta medida encerra o mérito de gerar um superavite no saldo global na base de compromisso, garantia efectiva para a estabilidade macro-

económica, fundamentalmente para se atingir a meta do nível de inflação anual acumulada não superior a 13 por cento. O Executivo havia apresentado uma proposta de OGE revisto estimado, em receitas e despesas, na ordem de quatro triliões, cinquenta e três biliões, setecentos e vinte e nove milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e setenta e um kwanzas, um montante superior ao inicial em cerca de um bilião 147,5 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um aumento de 37,1 por cento. Do volume global das receitas, três triliões de kwanzas são fiscais, das quais 77 por cento são petrolíferas e apenas três por cento do sector não petrolífero. A amortização de empréstimos concedidos, a venda de activos e os financiamentos contribuem com receitas de cerca de 1.2 triliões de kwanzas. ■



povo angolano", lembrou. O ministro queniano, Peter Munya, manifestou-se satisfeito com a inauguração da ligação aérea entre Nairobi e Luanda. O

Administrador da TAAG, Rui Carreira, revelou que os preços do bilhete estão a ser analisados, mas vão rondar entre os mil a 1.200 dólares. ■

AGÊNCIA FINANCIA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Agência norte-americana de Comércio e Investimento (USTDA) disponibilizou, na segunda-feira, 1,7 milhões de dólares para financiar estudos sobre a modernização da distribuição de electricidade à cidade de Luanda e a instalação de uma linha de transmissão de alta tensão entre o norte e o sul do País. O valor do financiamento vem estabelecido num acordo de Concessão entre a Agência norte-americana de Comércio e Investimento (USTDA) e o Ministério de Energia e Águas de Angola rubricado em Washington pela ministra angolana



do Comércio, Maria Idalina Valente, que foi mandatada pelo Executivo para o efeito, e um representante da agência americana de comércio e investimento. ■

FMI SATISFEITO COM ECONOMIA ANGOLANA

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que esteve em Angola desde 28 de Julho para a avaliação do acordo de financiamento, deixou Luanda satisfeita com o cumprimento, pelo Executivo angolano, das medidas acordadas para o primeiro semestre deste ano. O chefe da missão, o gambiano Lamin Leigh, afirmou que a aplicação das medidas previstas no programa tem sido, em linhas gerais, satisfatória, contribuindo para a contínua melhoria das condições macroeconómicas. Nesta segunda avaliação trimestral, desde que foi assinado o



acordo de financiamento de 1,4 mil milhões de dólares, em Setembro de 2009, Lamin Leigh disse que teve "discussões construtivas com a equipa económica do Executivo, representantes do sector privado e doadores" e que "a evolução da economia angolana está em linha com as expectativas". Lamin Leigh informou que "dados do primeiro semestre deste ano dão sinais de vigorosa recuperação económica, como reflexo do aumento do preço e da produção de petróleo que fortaleceram as receitas do Governo e as reservas internacionais". ■



BENTO MONTEIRO – PRESIDENTE DA CASA DE ANGOLA EM COIMBRA - ONGD

«NÃO PODEMOS VER ANGOLANOS EXPULSOS DE PORTUGAL POR FALTA DE DOCUMENTOS»

Bento Miguel Monteiro, Jurista, Consultor em Direito de Imigração, preside a Casa de Angola em Coimbra, e nesta entrevista ao Jornal Mwangolé, ele aborda aspectos atinentes à vida da comunidade angolana residente naquela localidade portuguesa, assim como fala dos projectos que a associação, criada em 1996, promove para a divulgação da cultura e a defesa dos direitos e interesses dos angolanos em Portugal.

Qual é o plano de actividades da Casa de Angola de Coimbra?

Temos um plano de actividades anual, que é apoiado pela Alto Comissariado para a Imigração (ACIDI) e pelo Instituto Português da Juventude (IPJ). Pontualmente temos suportado também as nossas actividades com alguns apoios do Consulado-geral de Angola no Porto. É evidente, como se diz em linguagem corrente, “tudo que vier à rede é peixe”, naturalmente aceitamos todos os donativos vindos das instituições e pessoas de boa vontade. Dadas às dificuldades da comunidade, decidimos não cobrar quotas aos nossos associados, porque maioritariamente são pessoas que vivem com algumas dificuldades. Os dois euros que cobrávamos davam para comprar dois saquitos de pão.

Quais são os vossos projectos culturais?

Temos um plano de actividade anual diversificado. Este ano, prevemos organizar as comemorações do dia de África, apoiar as actividades dos alunos da Escola Secundaria Infanta D. Maria em Coimbra, o 11 de Novembro em conjunto com a Associação dos Estudantes Angolanos em Coimbra, Porto e demais associações da nossa área de Jurisdição, porque aquilo que é mais difícil na comunidade angolana é encontrar estruturas associativas organizadas. Mas com as poucas que há temos tido uma boa relação. Vamos organizar, no quadro do 11 de Novembro, um colóquio sobre o regime jurídico-constitucional e sobre o Desenvolvimento Humano em Angola. Vamos ter também uma feira gastronómica e um Sarau Cultural.

A Casa de Angola de Coimbra tem projectos ligados à preservação da identidade cultural do País?

Estamos numa zona rica em termos culturais e académicos, sobretudo, pelo facto de a Universidade de Coimbra ser a mais antiga da Europa. O que temos vindo a fazer é mostrar a nossa cultura nas várias vertentes. Mostramo-la quando organizamos feiras de gastronomia, com workshops de danças tradicionais, com feiras de artesanato angolano. A razão da existência da



Coimbra, 4 de Março de 1996, Acto da Constituição

Casa de Angola movimenta-se fundamentalmente nos traços culturais. Se calhar o que temos feito é muito pouco, porque actualmente não podemos fazer mais porque os meios são poucos.

Quê apoios institucionais tem a Casa de Angola do Estado?

Somos uma associação de aproximação da comunidade, e como tal, continuamos a esperar do Estado angolano que haja apoio a Casa de Angola e a outras que têm mostrado algum trabalho ao longo dos anos na área de integração das comunidades. É evidente que até hoje não recebemos este apoio, mas não podemos criticar esta falha porque entendemos que o País tem outras preocupações mais importantes e urgentes para resolver. A nossa grande esperança é que possamos ser, um dia, contemplados com verbas compatíveis com a nossa dimensão.

Embaixador da República de Angola, Secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros, Governador Civil do Distrito de Coimbra, Secretário de Estado do Ministério da Defesa, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra e Bento Monteiro.

Que projectos gostariam desenvolver caso a vossa situação financeira fosse boa?

Seriam muitas, porque a comunidade angolana em Portugal é a única que está espalhada ao longo do país.

Temos vindo a sentir na zona centro uma dificuldade imensa em podermos prestar o melhor serviço a Comunidade. Quando falo em dificuldade imensa, numa primeira visão é entendida como dificuldade económica, mas sentimos que a grande dificuldade da nossa comunidade reside na falta de documentação. Hoje, para um angolano em Portugal estar legal tem que ter um passaporte válido, e no interior muitos angolanos não têm esse documento angolano. Naturalmente, o Consulado tem feito o melhor para salvaguardar a dignidade dos mesmos, mas muitas vezes também tem as suas limitações para resolver o problema. Dentro dos nossos projectos gostaríamos de fazer um recenseamento de angolanos que residem na nossa zona de actuação, para vermos quantos somos o que fazemos, grau académico e quis as nossas necessidades. Não gostaríamos de continuar assistir expulsão de angolanos com residência em Portugal por falta de documentos. Para nós, é humilhante, sendo que para o Estado angolano não ser um problema de fácil resolução.

Tem havido casos de expulsão?

Sim, exactamente por falta de documentos.

E qual tem sido a vossa intervenção?

O que temos feito, é fazer chegar as nossas preocupações ao nosso Consulado no Porto, e este tem tido uma actividade de proximidade a comunidade

muito intensa, tentando resolvendo e procurando encontrar soluções para os restantes, mas há casos que levam mas tempo, por exemplo em casos em que as pessoas se apresentam com nenhum documento. O Consulado também não pode fazer milagres. Ela vai até onde a lei a permitir. Mas tem que se encontrar mecanismos para a resolução do problema os indocumentados, que residem na realização de um novo sistema de adulto.

Atendendo às eventuais eleições de 2012, como pensa a Casa de Angola encarar o problema?

A Casa de Angola nunca ficou nem nunca ficará de mãos atadas, mesmo que tenhamos que ir arrastar ao chão. Nós começamos do nada e fomos crescendo. Na zona centro, somos a única associação que consegue se candidatar aos fundos europeus e dar cursos de formação profissional, em colaboração com a Casa Lusófona – ONGD, temos um Gabinete Jurídico, com atendimentos gratuitos em quatro dias semanais, Conseguimos conquistar alguma maturidade junto das Instituições Portuguesas. Se eventualmente houver eleições em 2012, não sabemos o que vai ser decidido em relação às comunidades angolanas no exterior. Temos esperanças que estes possam votar. Para isso acontecer, o Governo central deverá orientar qual é o sentido das coisas, porque se não houver recenseamento, não haverá condições para se votar. A esperança de qualquer angolano é participar activamente nos processos eleitorais. Se viermos a votar, votaremos na paz; estabilidade nunca mais. Se o actual o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, se candidatar, e falo por mim, eu estaria em condições de votar nele. Aquilo que vejo, o sonho de Angola só se fará com paz. Sem paz, o grande sonho será sempre adiado.

Quais os grandes passos que devem ser dados para a Angola do sonho?

Angola terá de apostar fortemente na formação dos seus quadros e não depender da mão-de-obra estrangeira. Angola deve começar a semear a semente para que amanhã tenha os



PERFIL

Principais actividades e responsabilidades:

Acompanhamento a nível do aproveitamento, assiduidade e relações interpessoais (Formandos/Formandos, Formandos Formadores), de um curso de formação profissional (Empresários Agrícolas) co-financiado pelo Fundo Social Europeu, destinado a desempregados, desenvolvido em Arganil.

Fevereiro a Julho de 2005**Função ou cargo ocupado:**

Coordenador Pedagógico

Principais actividades e responsabilidades:

Acompanhamento a nível do aproveitamento, assiduidade e relações interpessoais (Formandos/Formandos, Formandos Formadores), de um curso de formação profissional (Carpintaria/Marcenaria Tradicional), co-financiado pelo Fundo Social Europeu, destinado a desempregados, desenvolvido em Miranda do Corvo.

1990 a 2004**Função ou cargo ocupado:**

Coordenador de Residência Universitária

Principais actividades e responsabilidades:

Acompanhamento interdisciplinar com os residentes, distribuição dos quartos, manutenção e zelo dos equipamentos e serviços.

1985 a 1989**Função ou cargo ocupado:**

Assessor do Presidente do Conselho de Administração e Director do Colégio S. Teotónio.

Principais actividades e responsabilidades:

representação do colégio nas ausências do Director, responsável pelo Gabinete

de Apoio Cultural e Desportivo, representante do Colégio junto das missões diplomáticas e consulares dos países africanos de expressão portuguesa e Serviços de Estrangeiros e Fronteiras relativamente à situação dos alunos internos provenientes daqueles países.

2005 a 2008**Designação da qualificação atribuída:**

Mestre

Principais disciplinas/competências profissionais:

Estudos Africanos

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Faculdade de Ciências e Tecnologias, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra

Classificação:

Fase da Dissertação da Tese.

2006**Designação da qualificação atribuída:**

Formador integrado na Bolsa de Formadores do ACIDI.

Principais disciplinas/competências profissionais:

Lei da Nacionalidade, Educação Intercultural, Mitos e Factos e Lei da Imigração.

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias étnicas.

Classificação:

Processo de formação concluído.

2005**Designação da qualificação atribuída:**

Formação Pedagógica Inicial de Formadores.

Principais disciplinas/competências profissionais:

Situar o papel do Formador no Siste-

ma onde desenvolve a sua actividade e definir o respectivo perfil de competência desejável. Preparar, desenvolver e avaliar sessões de formação tendo em conta a facilitação do processo de aprendizagem pela selecção e aplicação dos métodos, técnicas e meios pedagógicos mais adequados e a operacionalização da formação pela definição de objectivos operacionais e pelo controlo dos resultados. Auto-avaliar o desempenho face ao perfil de competência desejado.

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

TECLA – Formação Profissional.

2002/2003**Designação da qualificação atribuída:**

Conservador na área do Registo Civil.

Principais disciplinas/competências profissionais:

Curso de Registos e Notariado. Estágio na Conservatória de Cantanhede na área funcional do Registo Civil.

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Direcção Geral dos Registos e Notariado em cooperação com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Classificação:

processo de formação concluído.

Datas:

2000

Designação da qualificação atribuída:

Licenciatura em Direito.

Principais disciplinas/competências profissionais:

Jurista.

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Maio de 2007 a**Função ou cargo ocupado:**

Técnico Superior

Principais actividades e responsabilidades:

Área do registo civil – responsável pelos registos de nascimentos e transcrições, casamentos, capacidades matrimoniais e certificados de Notoriedade, no Consulado-geral de Angola no Porto.

Março a Julho de 2006**Função ou cargo ocupado:**

Coordenador Pedagógico

Principais actividades e responsabilidades:

Acompanhamento a nível do aproveitamento, assiduidade e relações interpessoais (Formandos/Formandos, Formandos Formadores), de um curso de formação profissional (Cozinha Tradicional Lusófona) co-financiado pelo Fundo Social Europeu, destinado a desempregados, desenvolvido na Lousã.

Julho a Dezembro de 2005**Função ou cargo ocupado:**

Coordenador Pedagógico



Comemoração do Dia de África em Coimbra

seus próprios frutos e estes possam se reproduzirem com assinaturas dos angolanos, a cooperação entre os povos será sempre bem-vinda, mas primeiro os angolanos, e sempre os angolanos.

Prioridade aos quadros angolanos...

Em todos os países do mundo, a primeira semente que se lança é formação

dos seus quadros. Não podemos estar dependentes de quadros externos sob pena de um dia para outro ficarmos sem ninguém, e ao invés de darmos um passo para frente estaríamos a dar meia dúzia de passos para trás. A maior reserva que Angola poderá ter é os seus quadros. Enquanto não tivermos estes quadros, sempre estaremos pendentes de terceiros. E Angola não pode estar

pendente de terceiros. Viemos de uma recente guerra, estando as estruturas ainda a não funcionarem devidamente, mas temos um País que pode se tornar auto-suficiente. Temos a natureza, e não precisamos de mais nada. Só precisamos de formar quadros. Não posso pensar que uma determinada

máquina para funcionar tem de ter um estrangeiro à frente. Não posso pensar que para fazer funcionar um equipamento informático temos de contratar um estrangeiro que vai para Angola a ganhar fortunas e o angolano ganha uma miséria. São preocupações que inquietam a todos. ■



Angola e os seus quadros na Diáspora Multicultural

DIA DA MULHER AFRICANA FESTEJADO EM LISBOA

As instalações da Associação de Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP) foram o palco escolhido para a comemoração do Dia da Mulher Africana, assinalado no passado dia 31 de Julho, numa iniciativa da Associação da Mulher Migrante Angolana (AMMA) em Portugal.



A actividade, aberta por Ana do Céu, em representação da AMMA, foi marcada por uma palestra sobre a intervenção da mulher africana e sua importância no desenvolvimento dos seus povos no período pós-independência e/ou libertação dos seus países. Orientaram o debate a artista plástica angolana Dília Fraguito e a historiadora Helena Fulane, de Moçambique, que abordaram as "vitórias" e os obstáculos da mulher africana na luta pela sua emancipação e reconhecimento do seu papel no desenvolvimento da sociedade, bem como os problemas relacionados com a SIDA, mutilação genital e o

analfabetismo. Helena Fulane falou das metas de desenvolvimento do Milénio, concretamente sobre a saúde, água, educação e o meio ambiente, questões que, segundo ela, mais afectam a mulher africana, tendo pedido reflexão sobre o papel que a mulher africana actualmente desempenha. Além de pratos típicos e iguarias de vários países africanos, a festa foi animada por um desfile de trajes de vários países africanos e de algumas províncias angolanas, assim como por momentos musicais, declamação de poemas e exposição de quadros e artesanato de artistas e criadores africanos. ■



RECTIFICAÇÃO

Por um inusitado lapso, o Jornal Mwangolé publicou na sua edição de Julho, com destaque, na chamada de capa e na página 9, que o Comité do MPLA em Portugal comemorava 13 anos de vida. Na realidade não era o Comité do MPLA em Portugal que assinalava o feito, mas sim o Comité de Acção do Partido (CAP) de Lisboa, antiga Célula do MPLA em Lisboa, constituída formalmente, na 1ª Assembleia de Militantes de Lisboa, a 13 de Junho de 1998. Actualmente coordenada por Ana Gaspar, na qualidade de Primeira Secretária, o CAP de Lisboa comemorava 12, e não 13 nos. Recorde-se que no cumprimento da directiva número 1/2004 do Bureau Político do MPLA sobre o Processo de Reorganização do Partido, e da circular nº 5/SGCC/ 2004, sobre o Processo de Reorganização do Partido no Exterior, a então Célula de Lisboa foi extinta e constituída em CAP a 5 de Dezembro de 2004. O CAP de Lisboa e os de outras localidades dependem directamente do Comité da Comunidade em Portugal, órgão de coordenação nacional, constituído em 1995, cuja Primeira Secretária é Rosa de Almeida, membro do Secretariado Nacional da OMA e do Comité Central do MPLA. Pelo erro, o Mwangolé pede sinceras desculpas aos visados. ■

FALECEU DEPUTADO EDUARDO NELUMBA



O deputado e médico, José Eduardo do Carmo Nelumba, faleceu, este mês, em Madrid (Espanha), vítima de doença. A urna contendo os restos mortais do nacionalista angolano transitou pelo aeroporto de Lisboa, vindo de Espanha, ocasião aproveitada para que o embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola em Portugal, José Marcos Barrica, acompanhado da sua esposa, Suzana Barrica, e do corpo diplomático angolano em Portugal, prestasse os seus sentidos pêsames a alguns familiares do mago, entre os quais se incluíam a sua esposa, a ministra da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, presentes no momento.

Na mensagem de condolências, o Bureau Político do MPLA diz que José Eduardo Nelumba pertenceu a uma família tradicionalmente ligada à luta pela conquista da independência de Angola, tendo, muito cedo, se juntado à classe de jovens destemidos, que pegaram em armas para combater o regime colonial, participando, assim, na epopeia gloriosa da libertação nacional, onde deu o seu valioso contributo, particularmente na Frente Leste, a então 3ª Região Político-Militar do MPLA. Médico-cardiologista de profissão, José Nelumba foi um militante consequente do partido, tendo sido membro das comissões executivas dos comités provinciais da Lunda Norte e de Luanda. Igualmente, foi primeiro-secretário do Comité Provincial da Lunda Norte da JMPLA e membro do seu Comité Nacional. Foi eleito e reeleito membro do Comité Central nos 4º, 5º e 6º Congressos do MPLA. José Eduardo do Carmo Nelumba nasceu a 18 de Maio de 1950 na Lunda Norte. Ainda jovem, foi para o "Maqui", na companhia da família, pai, mãe e irmãos, devido a

perseguição que a polícia colonial, a PIDE-DGS, movia contra seu pai. Depois de uma triste passagem como refugiado na República do Congo (Leopoldville na altura), saiu das matas para o estrangeiro, deixando a família que lá permaneceu até o MPLA ser expulso do Congo. Com 15 anos de idade, foi para a União Soviética, onde se formou em medicina, na cidade de Moscovo. Regressou a Angola em 1977, depois da sua formação. ■



Presidente da República dá os pêsames aos familiares.

PALANCA NEGRA GIGANTE REPRODUZ NO LUANDO

A palanca negra gigante está a reproduzir-se na Reserva do Luando, onde nasceram nove crias, confirmou a ministra do Ambiente de Angola, Maria de Fátima Jardim, congratulando-se com o projecto em curso para a preservação desta espécie. Falando na primeira reunião do Comité de Supervisão do Projecto de Conservação da Palanca Negra Gigante, referiu que entre as espécies acima referidas consta um macho e oito



fêmeas. O Comité de Supervisão do Projecto de conservação da Palanca Negra Gigante é o órgão que acompanha o projecto para a protecção deste animal, assinado a 17 de Junho deste ano, em Cangandala, província de Malanje, entre o Governo e diversas instituições públicas e privadas. Fátima Jardim disse esperar que o projecto de preservação deste antílope seja um programa participado pela sociedade angolana. O Comité de Supervisão do Projecto de Conservação da Palanca Negra Gigante é integrado pelos ministros da Assistência e Reinserção Social, do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, governador de Malanje, chefe do Estado Maior das FAA, reitores de várias universidades e dirigentes das empresas que o apoiam o projecto, como a Sonangol, a Endiama, a Esso, a Total, a Angola LNG e ainda o presidente da Fundação Kissama. Devido ao conflito armado no País, que durou cerca de 30 anos, a espécie antílope da Palanca Negra Gigante, símbolo de Angola, foi dada como desaparecida. ■



ANTIGO SECRETÁRIO DA JMPLA EM PORTUGAL

MORREU DANY MONDLANE CADETE

O Secretariado Nacional da JMPLA comunica o falecimento do seu membro do Comité Nacional da JMPLA, coordenador do Grupo de Acompanhamento a Província do Kwanza-Sul, ocorrido no dia 16 de Agosto de 2010, em São Paulo (Brasil), vítima de doença. Em Portugal, o Comité da JMPLA homenageou, no dia 19 deste mês, aquele que já foi o seu primeiro secretário nas terras de Camões (entre 1999 e 2001), com um livro de condolências, assinado por membros do Comité Central do MPLA, do Comité Nacional da JMPLA, do Secretariado e do Comité da Comunidade, assim como por membros dos Comités de Acção e dos núcleos da JMPLA em Portugal. Assinaram ainda o livro de condolências, representantes e funcionários das missões diplomáticas

e consulares, assim como amigos, militantes e simpatizantes do MPLA. O Jornal Mwangolé endereça à família enlutada as suas mais sentidas condolências. ■



ANGOLA REDUZ TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

A taxa de mortalidade materna em Angola, que em 2001 era estimada em 1.400 por 100.000 nascidos vivos, decresceu para cerca de 600, de acordo com dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), indicou o vice-presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, no encerramento do Fórum sobre o Sistema Municipal de Saúde. Notou que apesar de acelerador, os dados mostram que há ainda muito por fazer para sustentar o processo de contínua redução.

Com efeito, precisou que a redução da mortalidade materna e infantil não é um problema exclusivo de Angola, porquanto foi objecto de profunda reflexão e discussão durante a Cimeira de Chefe de Estado e do Governo realizada em Kampala, capital do Uganda, em Julho último. Lembrou que no quadro do Orçamento Geral do Estado (OGE), em anos consecutivos, o sector social tem merecido uma atenção especial, com o aumento de verbas, tal como aconteceu na última revisão orçamental. ■



PLANO DE CASAS SOCIAIS TEM FUNDOS GARANTIDOS

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciou, este mês, em Luanda, que as famílias angolanas podem adquirir casas a um preço não superior ao equivalente em kwanzas a 60 mil dólares. Estas habitações sociais vão ser edificadas em todo o País, no quadro do Programa Nacional de Habitação Social. O Chefe do Executivo discursava durante a reunião da comissão para o Programa Nacional de Habitação Social. As casas vão ser construídas em espaços com urbanização aceitável e numa área mínima de 100 metros quadrados. "Já temos os recur-

sos financeiros necessários, quer os de fontes próprias quer os de financiamentos externos" para a execução do Plano Nacional de Habitação Social, afirmou o Presidente da República na cerimónia de abertura do encontro. Além disso, "estão também constituídas as parcerias entre o sector público e o privado e asseguradas as condições para a auto-construção dirigida, de forma a garantir-se o êxito do mesmo programa". Para os segmentos de rendimentos médio e alto, a satisfação da procura de habitação será feita pelo mercado imobiliário, através da concorrência. ■

LANÇADO PASSAPORTE ELECTRÓNICO

Angola vai aderir, até 2012, ao processo de emissão de passaportes electrónicos, revelou o porta-voz do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), Simão Milagres. O sistema, já utilizado na União Europeia, é uma obrigação que deve ser cumprida por todos os países membros da Organização Internacional da Aviação Civil. O passaporte electrónico é identificado através de um símbolo, estabelecido internacionalmente e estampado na capa, e que entre outros componentes inclui um dispositivo electrónico, no qual se encontra armazenada a



informação biográfica e biométrica do seu titular. O documento integra ainda uma nova geração de dispositivos, que vão do reconhecimento facial à integração de um chip contact-less. ■

MOÇAMBIQUE APLICA EXPERIÊNCIA ANGOLANA NA REINserÇÃO SOCIAL DE EX-MILITARES

O ministro dos Combatentes de Moçambique, Mateus Óscar Kida, elogiou a experiência de Angola na assistência social e reinserção socioeconómica de ex-militares, considerando-a um exemplo. "A experiência de Angola vai ser muito útil porque este País está avançado em alguns pontos, embora nós também estejamos avançados noutros. Pensamos que, naquilo em que estamos atrasados, vamos levar a experiência dos angolanos, especialmente na reinserção social dos deficientes de guerra, construção de residências para os ex-militares e combatentes contra a resistência colonial", disse. Uma das experiências e propostas trazidas por Moçambique



tem a ver com a criação de uma farda própria para antigos combatentes e o incentivo à escrita para que as memórias dos veteranos da pátria se perpetuem. Durante as conversações mantidas entre delegações dos ministérios dos dois países, Mateus Kida anunciou, ainda para este ano, a assinatura de acordos nas áreas da reinserção e assistência social, registos e controlo dos assistidos, assim como em projectos de desenvolvimento. Esses acordos, que considerou serem "algumas notas", serão assinados depois da criação, ainda este ano, em Maputo, de uma Comissão Mista de Cooperação. ■

IMPrensa PÚBLICA TEM NOVOS ESTATUTOS ORGÂNICOS

As empresas públicas do sector da comunicação social, Radio-difusão Nacional de Angola, Televisão Pública de Angola, Angola Press e Edições Novembro, já têm Estratégias, Estatutos Orgânicos e Planos de Acção conformados ao novo figurino constitucional em vigor desde Fevereiro último. Os documentos constam de Projectos de Decretos Presidenciais apreciados pelo Conselho de Ministros na reunião que concluiu a agenda da sexta sessão ordinária, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O novo quadro jurídico-legal e as medidas de política para o sector da Comunicação Social têm como objectivo actualizar a missão e os

objectivos das referidas entidades públicas, garantir melhores práticas de gestão no sector e assegurar a formação profissional e académica dos profissionais do sector e a rentabilidade financeira das empresas. Os documentos estabelecem as principais linhas de acção e metas a alcançar pelo Executivo no domínio da Comunicação Social pública. ■





EDVALDO FONSECA

AEAP APOSTA EM PARCERIAS

O presidente da Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal, Edvaldo Fonseca, aponta o incremento de parcerias estratégicas com várias instituições nacionais e estrangeiras como um dos principais objectivos da sua instituição.

estudantes associados têm desconto de até cerca de 50 por cento nos seus serviços. "Temos recebido também apoio institucional e financeiro por parte da Embaixada de Angola em Portugal, que nos tem ajudado a desenvolver alguns projectos", reconheceu. Realçou o acordo assinado com a Escola de Administração de Lisboa, adstrita à Universidade Lusófona, que prevê a redução das propinas dos alunos em 10 por cento no acesso àquele estabelecimento de ensino superior. Destacou ainda o acordo que a associação mantém com a TAAG, cujo protocolo prevê descontos na compra de bilhetes de passagens dos estudantes. "Brevemente, vamos discutir novas propostas com a direcção da companhia, principalmente a redução do preço da carga dos estudantes finalistas, particularmente o seu material didáctico", referiu. A Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal existe há 19 anos e controla mais de 1.700 alunos.

O responsável fez este pronunciamento quando sobre as acções e projectos desenvolvidos pela associação durante o seu mandato à frente da direcção daquela agremiação, desde 2009. O estudante de Recursos Humanos salientou que estes protocolos visam, fundamentalmente, melhorar e facilitar a integração académica e social dos alunos nacionais em território português. Segundo o líder estudantil, a associação que dirige "está no auge" do cumprimento dos objectivos traçados pela direcção, consubstanciado na implementação de parcerias estratégicas e o aumento do número de membros. Como exemplo, indicou os acordos que tem com o Consulado-geral de Angola em Lisboa, na qual os alunos são isentos de qualquer taxa consular, e a parceria com clínicas dentárias, onde os



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO QUER PARCERIAS EM ANGOLA

O director da Escola de Administração de Lisboa, adstrita à Universidade Lusófona, Rui dos Santos, manifestou o interesse de cooperar no domínio académico com instituições similares angolanas. Afirmou ainda pretender celebrar acordos de geminação com escolas ou institutos nacionais vocacionados ao ensino de administração, para a troca de experiência, parcerias científicas, entre outros programas académicos. Deu a conhecer que, para a materialização deste projecto, tem já agendado para os próximos dias um encontro de trabalho com o embaixador angolano em Portugal, Marcos Barrica, com quem vai abordar assuntos inerentes ao programa de geminação com instituições na-

cionais. "Queremos apoiar as escolas angolanas ligadas à administração, assim como pretendemos colher as suas experiências nesta área, para promovermos encontros de debates científicos e académicos", salientou. A Escola de Administração de Lisboa e a Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal assinaram, recentemente, um acordo que visa a redução das propinas dos alunos nacionais em dez por cento no acesso àquele estabelecimento de ensino superior. A parceria contempla ainda outros benefícios para os estudantes angolanos, como ofertas formativas de cursos graduados e pós-graduação, assim como acções formativas específicas para Angola, baseada na sua legislação. ■

JMPLA EM LOURES ANIMA QUINTA DO MOCHO

No dia 14 de Agosto, o núcleo da JMPLA de Loures realizou uma actividade sócio-cultural e desportiva no bairro da Quinta do Mocho, visando dotar a juventude angolana de uma participação no desenvolvimento de Angola, assim como tomaram conhecimento de certos projectos que o Governo angolano tem implementado no País.



Participaram da acção cerca de 200 jovens, tomando parte num torneio de basquetebol e futebol, assim como um concurso de kuduro. O evento foi recebido com euforia pela comunidade, tendo elogiado a iniciativa da JMPLA, apelando pela realização de actos do género. Alguns jovens aproveitaram a ocasião para se integrar no seio da JMPLA. Esta actividade contou com

a ajuda do CAP do MPLA de Loures, na pessoa do seu primeiro secretário, Domingos Rafael Matos. A actividade terminou com uma visita guiada à comunidade angolana, conduzida pela coordenadora da OMA de Loures. Proximamente, o núcleo da JMPLA de Loures vai realizar um jantar de beneficência para famílias necessitadas. ■

Colaboração: David da Costa Goubel





Por ELISEU GONÇALVES FRANCISCO*
eliseu2003@yahoo.com.br

Angola, País geograficamente estratégico, desde a sua independência tem-se afirmando inequivocamente como uma potência regional na África Austral, contribuindo nas mudanças políticas ocorridas no Zimbabué, Namíbia, África do Sul e nos dois Congos.

Com o fim da guerra, ganhou uma pujança no seu desenvolvimento económico e passou a ser visto como um País de oportunidades por várias empresas de muitos países de várias regiões do mundo, despertando ainda interesse de empresas que actuam globalmente, isto é, as que vêm o mundo como um só mercado, citamos como exemplo o investimento da empresa global Coca-cola.

Angola tem captado muito investimento privado, de capital nacional e estrangeiro e, onde há investimentos fazem-se negócios, mas onde se fazem negócios, há probabilidade e tendência de existir corrupção nos órgãos da administração, cujo objectivo é contornar as regras instrumentais administrativas sobre o correcto licenciamento do exercício de actividades económicas, proscrevendo a sua boa aplicação, através de aliciamento dos agentes administrativos.

Para disciplinar e inibir a possível prática da corrupção por parte dos agentes responsáveis pela gestão e administração da coisa pública, o poder legislativo angolano, Assembleia Nacional, aprovou a Lei nº 3/2010, de 29 de Março, vulgo "Lei da Probidade Pública", cuja aprovação aderimos, aplaudimos e acreditamos na sua aplicabilidade, porque um país só se torna potência com uma boa formação e disciplina dos seus quadros e cidadãos, objectivo que Angola pretende consolidar cada vez mais para melhorar a sua performance de potência regional que a cena internacional há muito reconheceu, na verdade, são estes os objectivos e primórdios da independência de Angola. O legislador angolano dividiu a LPP¹ em VI capítulos: o capítulo I define o objecto, o âmbito da aplicabilidade e os princípios ou primados

A LEI DA PROBIDADE PÚBLICA (I)

Todos os países que pretendam afirmarem-se como potências regionais ou globais têm de ter todas as instituições, órgãos de soberania e de administração pública fortificados e disciplinados, devendo os seus titulares adoptarem uma conduta de rectidão, lisura, transparência, responsabilidade, lealdade, humildade, honestidade, respeito para com seus concidadãos e outros que conduzam a uma boa administração e gestão de todas actividades públicas, digamos, exige-se dos titulares destes órgãos urbanidade e probidade.

da lei; o capítulo II define os sujeitos públicos, seus direitos e deveres, bem como define os serviços considerados de interesse público, sua forma de gestão ou administração; o capítulo III o define o que são actos de improbidade pública; o capítulo IV define as garantias de probidade e sanções em caso de violação da lei, impedimentos, excusas e obrigações dos agentes da administração pública. Neste capítulo encontramos as regras instrumentais e os sujeitos com capacidade judiciária para fazer nascer um processo (impulso processual); o capítulo V contém as regras do direito penal ou criminal e do direito civil; e o capítulo VI contém regras de disposições finais.

Abaixo explica-se detalhadamente as regras contidas em cada capítulo.

No capítulo I, do artigo 1º a 14º, são as regras de disposições gerais, sendo que: o artigo 1º define que o objectivo da aprovação da lei é estabelecer as bases e o regime jurídico relativos à moralidade pública e ao respeito pelo património público, por parte do agente público, isto é, o sujeito/agente público deve exercer as funções que lhe foram confiadas como um *bonus pater familias*², cumprindo escrupulosamente a lei, sem descurar-se dos objectivos preconizados, abstendo-se de defraudar a expectativa dos objectivos da moralidade pública, primando pelo respeito do património público, sem prejuízos dos direitos e prerrogativas inerentes ao cargo, o mesmo está sujeito aos deveres, obrigações e sanções, caso viole a lei.

O artigo 2º, estatuiu que a lei aplica-se a todas actividades de natureza pública, tal significa que todos agentes que exerçam actividades públicas estão abrangidos pela presente lei. Materialmente esta lei é aplicável ainda a actividades de entidades não públicas, exercidas por pessoas singulares ou colectivos, desde que no exercício da actividade estejam investidas de poderes públicos. Exemplo, um advogado contratado para presidir um concurso público de admissão de funcionários no Estado ou uma empresa privada de consultoria contratada seleccionar candidatos a uma empreitada pública, nos dois casos, a actuação de ambos, deve pautar-se nos termos da LPP.

O artigo 3º define que o agente público, no exercício das suas funções e actuação, deve pautar-se segundo os princípios da legalidade, probidade pública, competência, respeito pelo património público, imparcialidade, prossecução do interesse público, responsabilidade e

responsabilização, urbanidade, reserva e discricção, parcimónia e lealdade.

O princípio da:

Legalidade: significa que todo agente público, no exercício das suas funções deve actuar segundo a lei e o prescrito na lei fundamental da nação (CRA³), caso não o faça, é responsabilizado criminalmente, civilmente ou criminal e civilmente, dependendo da gravidade da violação em causa.

Probidade pública: segundo este princípio o agente público, no exercício das funções a que lhe estão confiadas, deve valorar a boa administração e agir com honestidade, abstendo-se de aceitar ou solicitar, em proveito próprio ou de terceiros, directa ou indirectamente, quaisquer vantagens que possam comprometer a liberdade da sua acção, independência do seu juízo e a credibilidade e autoridade da administração pública, dos seus órgãos e serviços.

Competência: Exige-se do agente público merecimento, brio e eficiência no exercício do profissionalismo público, empregando toda sua dignidade e profissionalismo na sua relação para com os administrados e superiores hierárquicos.

Respeito pelo património público: No exercício das suas funções o agente público deve abster-se de práticas impróprias que lesem o património do Estado, isto é, não deve apossar-se dos bens disponíveis da instituição que dirige, seja através de vendas simuladas ou dissimuladas, concursos públicos fictícios ou viciados, gastos desnecessários, admissão desnecessária de funcionários ou outras práticas que possam lesar o património público.

Imparcialidade: O agente público deve tratar de forma igual e imparcial os cidadãos com os quais se relaciona, seja no acesso, resolução, deferimento ou indeferimento dos requerimentos, independentemente da condição social do cidadão. Este princípio impõe ainda o igual tratamento entre os cidadãos que sejam titulares ou membros órgãos de soberania, governo, administração do Estado, incluindo seus familiares e os cidadãos comuns, sem prejuízo das imunidades legais a que têm direito. Por exemplo: **se o filho do Presidente da República, Vice-Presidente, Presidente do Parlamento, Juiz de qualquer Tribunal, Ministro, Deputado ou titular de um Órgão de Administração Central ou Local e o de um cidadão comum, ambos engenheiros, apresentarem-se num concurso público para admissão na função pública cujo critério para admissão é quem**

tenha maior classificação da média final do curso, caso seja o filho do cidadão comum a ter tal classificação, deverá este a ser admitido e não os filhos dos demais mencionados e, se assim não for, o agente público com poder decisório, violaria o princípio da imparcialidade e poderá ser responsabilizado civil ou criminalmente, pelo interessado ou qualquer cidadão.

Prossecução do interesse público: O interesse público deve ser a prioridade do agente público no exercício das suas funções, não deve misturá-los com os interesses particulares ou pessoais que possam entrar em contradição com as funções confiadas.

Responsabilidade e responsabilização: O agente público no exercício das suas funções está obrigado a responder pelas acções próprias, pelas dos outros (seus subordinados) ou pelas coisas confiadas (bens fungíveis ou infungíveis) e é responsabilizado pelos resultados da sua gestão.

Urbanidade: O agente público, nas relações com os utentes dos serviços que dirige deve ser cortês, afável e o seu comportamento e modo deve corresponder a boa educação.

Reserva e discricção: O agente público está obrigado a reservar sigilosamente as informações que obtém no exercício das suas funções, não as divulgando em caso algum, excepto nos casos prescritos na lei, bem como não deve usá-las em proveito próprio (por exemplo: **um Governador Provincial, por ofício e através do Ministério de Geologia e Minas, ficou a saber que determinada quinta será expropriada por se ter descoberto uma jazida de kimberlitos⁴ cujo o proprietário, em razão da tal descoberta, receberá uma indemnização muito superior ao valor do mercado, não deve o mesmo (Governador), usar da informação para comprar tal propriedade de forma directa, indirecta ou a favor de terceiro.**

Continua no próximo número

- (*) - Mestre em Direito das Empresas
Licenciado em Direito
- Pós-graduado em Empreendedorismo Social
- Membro da Ordem dos Advogados Portugueses
- Investigador de Finanças e Políticas Públicas

¹ Lei de Probidade Pública

² Bom pai de família

³ Constituição da República de Angola

⁴ Diamantes

Com objectivo de prestar um serviço cívico a comunidade angolana e a todos os nossos leitores, o nosso jornal passa a ter uma página reservada a consultadoria jurídica, onde qualquer leitor terá e poderá expor as suas dúvidas jurídicas sobre qualquer assunto de e no seu interesse, cuja resposta será dada de forma oportuna.

O consultório jurídico está ao dispor de qualquer interessado ou cidadão que pretenda ser esclarecido sobre questões nas várias especialidades de direito e é coordenado pelo Dr. Eliseu Gonçalves Francisco*, que seleccionará os factos mais relevantes, estabelecendo prioridades nas respostas.

Os nossos leitores, ao exporem as suas dúvidas, deverão indicar o nome, morada completa, email (se tiver) e telemóvel, para que as questões suscitadas tenham resposta célere.

Dito isto, excelentíssimos leitores, a partir de agora exponha as suas dúvidas por carta ou email nos seguintes endereços:

Jornal Mwangolé (Embaixada de Angola)
Av. Da República nº 68
Email: meuadvogado@aeiou.pt

Todas as questões, após devida análise, concluir-se que são do interesse público, as respostas serão publicadas nesta página, cujos sujeitos (nomes) referidos serão fictícios, por razões de privacidade dos seus intervenientes.

(*) Licenciado em Direito, Membro da Ordem dos Advogados Portugueses, Mestre em Direitos das Empresas e Pós Graduado em Empreendedorismo Social.

PERTENCE À "FORÇA SUPREMA"

DOM G TERÁ NOVO DISCO



corresponda às expectativas. O disco "Nova Vibe", com três mil exemplares, e com a participação de Puto Prata, Garimpeiros, Miúda Pongo Love, Shelsea, Xantel, Petty e Élvio, será cantado em variados estilos desde o rap ao kuduro, passando pela tarrachinha e zouk. Além de Lisboa, o disco também vai ser lançado em Luanda, sendo que a distribuição vai abranger todos os países lusófonos e onde existam comunidades de expressão portuguesa em todo o mundo. ■

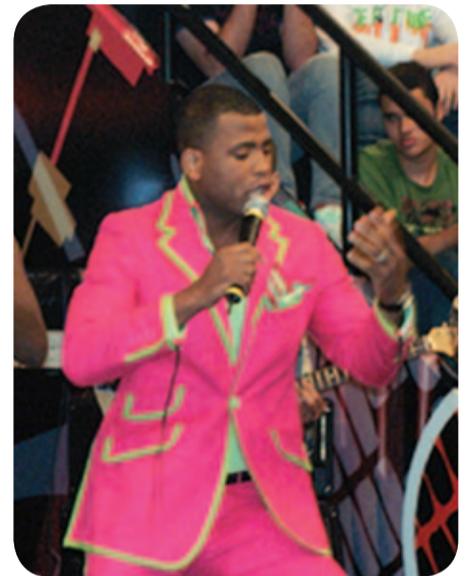
Walter da Silva Carlos (Dom G), integrante do grupo Força Suprema, lançará, em Setembro, a sua segunda obra discográfica a solo. A obra denominar-se-á "Nova Vibe", numa edição da LS Produções, depois da fase de gravação, masterização e mistura terem ocorrido na "Maid Rap Records", produtora afecta ao cantor. Autor de "Um Passo em Frente", seu primeiro disco lançado em 2009, Dom G disse ao Jornal Mwangolé esperar que a recepção do novo trabalho



YURI DA CUNHA AO VIVO NO CAMPO PEQUENO



Após o sucesso obtido no Coliseu dia 4 de Julho de 2009, Yuri da Cunha apresentou, a 30 de Julho, o espectáculo "Sou Lusófono", no Campo Pequeno. Para o acompanhar em palco, o artista angolano convidou alguns amigos, designadamente Pérola, Rui Velloso, Bonga, Boss AC, Jorge Lamba e os Netos, que deram mais cor a festa. Actualmente um dos mais conceituados



e solicitados artistas angolanos, Yuri da Cunha, entre Outubro de 2009 e Abril de 2010, acompanhou Eros Ramazotti em tournée, fazendo a primeira parte de 60 concertos por mais de 15 países. No passado dia 10 de Abril participou também no "Festi Angola-2010", que teve lugar no Pavilhão Atlântico. ■



CARO LEITOR, este Jornal é seu. Mande informações diversas, fotos e nós publicaremos. Igualmente estamos abertos às suas sugestões, bastando que nos escreva para os seguintes endereços electrónicos:

emb.angola_apress@mail.telepac.pt
ou, em alternativa, para:
paulojesus16@gmail.com

"MISSOMBO" COMPARADO AOS CAMPOS NAZIS

O livro "Missombo", de Adriano Sebastião, foi considerado, em Luanda, pelo diplomata Luís Neto Kiambata, uma obra impressionante que pode ajudar a compreender os meandros da verdade histórica das lutas de libertação do povo angolano. O diplomata, que fez a apresentação do livro, no Museu Nacional de História Natural, lembrou que o campo de concentração de Missombo foi criado para impedir o desenvolvimento das lutas de libertação, que culminou com a independência nacional. O livro, com 107 páginas, dividido por 11 episódios, tem, também, dezenas de fotos inéditas que mostram o autor, que se fosse vivo completava, no dia 11 de Agosto, 87 anos, e outros nacionalistas junto das celas, algumas das quais com a mulher, Hermengarda Sebastião, que o visitava regularmente na companhia das filhas. Além da viúva e das filhas, Luzia e Benvinda, que autografaram o livro, assistiram à cerimónia amigos da família, estudantes universitários e investigadores. Luzia



Sebastião disse que "Missombo" revela algumas situações que os nacionalistas viveram para que o povo angolano pudesse conquistar a independência. "Por isso, motivamos o nosso pai a contar esta história e apelamos a outros sobreviventes que sigam este exemplo para que a obra fique completa", afirmou. ■

JOSÉ LUÍS GOMES - AGENTE FIFA

«ANGOLA TEM DE TER JOGADORES NAS MAIORES LIGAS EUROPEIAS»

José Luís Gomes, nascido em Benguela, é um agente FIFA e UEFA residente na Alemanha, onde o seu trabalho é mais conhecido. Presente em Lisboa para participar num recente seminário internacional sobre gestão desportiva, disse que se considera “muito satisfeito” com trabalho que vem desenvolvendo, embora lamentando a falta de convite para trabalhar com a Federação Angolana de Futebol (FAF).

Até que ponto é que o seu trabalho tem sido útil para Angola?

Mandei várias candidaturas para trabalhar com Angola, meu País, mas nunca fui contactado. É uma pena, visto que terei um grande orgulho de trabalhar para a nossa selecção nacional e para o futebol angolano. Contudo, estou esperançado que, um dia, possa ser chamado a trabalhar para Angola.

Tem trabalhado para países africanos?

Curioso é que não me faltam convites para colaborar com algumas selecções africanas, porque entenderam a importância de haver um agente FIFA africano residente na Europa. Por exemplo, no mais recente caso, trabalhei como agente da selecção feminina do Ghana que disputou Mundial de sub-20, na Alemanha, país onde vivo. Como africano, tive uma grande consideração em tê-los como seu agente. Graças a Deus, o trabalho correu bem, e eles ficaram vislumbrados. Entendi o motivo desta satisfação: em princípio não acreditaram que o meu trabalho fosse igualar ou mesmo que pudesse vir a superar o nível de trabalho apresentado pelos meus colegas europeus ou sul-americanos quando são contratados.

Questão de preconceito?

Mas felizmente selecções como Ghana já entenderam que os agentes FIFA são iguais, seja negros ou brancos. O trabalho é mesmo.



Além do Ghana, com que países já trabalhou?

Tenho trabalhado com a Alemanha, a Suíça, onde fui um dos primeiros agentes africanos a organizar o melhor torneio de futebol, em 1992, que agora é anual. Sinto que Angola deveria se orgulhar disso.

Num passado recente, os Palancas Negras tinham quase dificuldades em arranjar jogos de preparação em datas-FIFA?

A nossa selecção tem um agente-FIFA com o qual trabalha e, naturalmente, este tem de cumprir com as suas obrigações. Se há ou não dificuldades, só caberá mesmo à Federação Angolana de Futebol (FAF) responder à esta questão.



«Na Alemanha, quem arranja os jogos é um agente alemão. Não é ser xenófobo, até porque isso aqui não é chamado, mas o patriotismo tem mais realce no nacional»

Mas está disposto em colaborar com os Palancas Negras?

Angola é o meu País. Caso haja esta oportunidade estarei sempre disposto em contribuir para tal. Como sabe, todo o agente-FIFA tem contactos com quase todas as selecções do mundo, e eu não sou uma excepção. Mas como nunca Angola me contactou, e porque também Angola já trabalha com um outro agente, só tenho de esperar por uma minha eventual oportunidade.

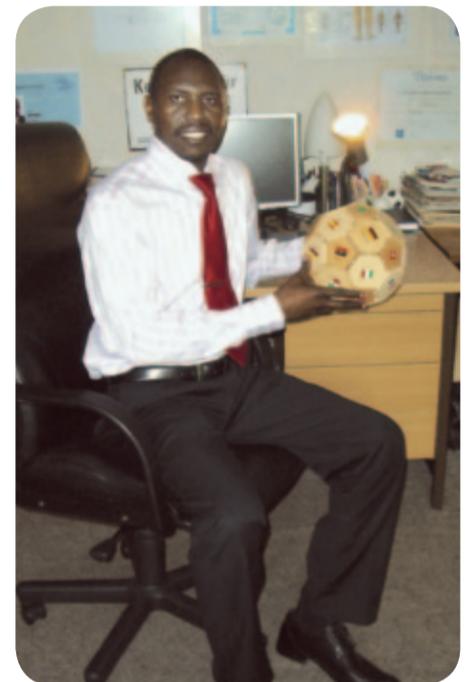
Acha que Angola está agora a ser bem servida em termos de arranjos de jogos?

Não posso falar mal dos meus colegas. Contudo, e falando por mim, se fosse agente de Angola trabalharia a 100 por cento na procura do melhor para os Palancas Negras. Na Alemanha, por exemplo, quem arranja os jogos para este país, é um agente alemão. Não é ser xenófobo, até porque isso aqui não é chamado, mas o patriotismo tem mais realce no cidadão nacional. Para o nosso caso de agente-FIFA, “todo o pai traz sempre para casa a melhor comida para os filhos”, por outras palavras. Mas, e como disse antes, este assunto cabe à FAF, embora esteja 100 por cento disponível para trabalhar para Angola, caso seja contactado.

Quê projectos pensa desenvolver para o futebol angolano?

Tenho um projecto já bastante antigo que consiste em velar pelos talentos angolanos. Temos de ter muitos jogadores a competirem nos maiores campeonatos europeus. Angola precisa de formar muitos bons talentos para serem o viveiro das nossas diferentes selecções de futebol nas mais diversas categorias e escalões, tal como fazem as selecções do Ghana ou da Costa do Marfim, que têm muitos jogadores a se formarem em quase toda a Europa. Temos também que pôr os nossos talentos a jogarem fora de Angola para dotarmos os Palancas Negras de talentos como têm as grandes potências do futebol africano. Mas, para isso, precisamos de nos organizar ao mais alto nível.

«Precisamos de nos organizar ao mais alto nível»

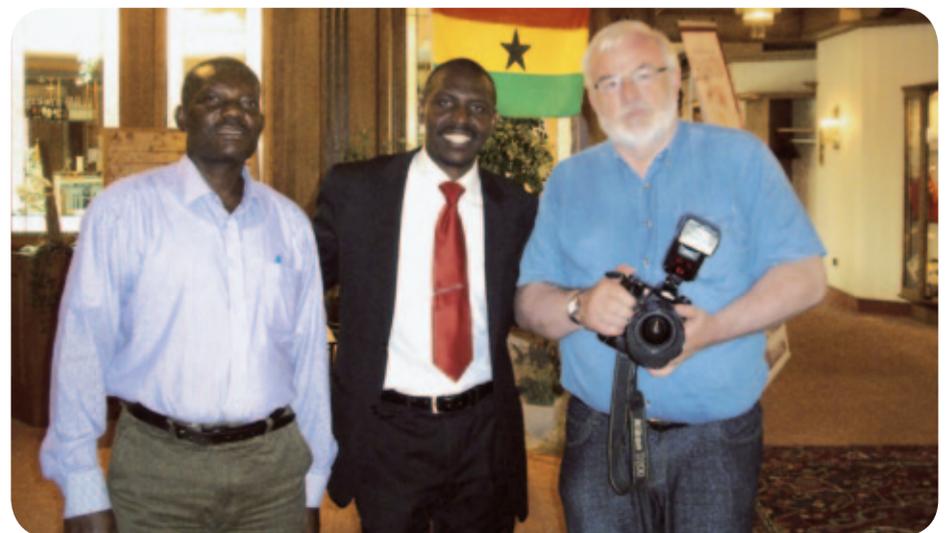


Um projecto do género carece de muito dinheiro...

A questão em si não é totalmente em termos financeiros, mas sim organizacionais. A organização é a base de tudo isso, e o agente tem de estar dotado de uma visão ampla.

Em que termos o seu trabalho tem sido recompensado?

A recompensa é mais pessoal, porque gostaria que o País partilhasse comigo os meus êxitos. Infelizmente, ainda não senti este acolhimento do meu País, mas o tempo dirá. Ser recompensado por/em Angola seria a minha maior alegria. É um grande sonho servir o meu País. O que mais posso fazer? Já mandei várias candidaturas, mas não obtive nenhuma resposta. Que fazer? ■



**BASQUETEBOL****JOÃO PAULO TEM 1,97 E PESA 88 KG****ESPERANÇA DO BENFICA SONHA REPRESENTAR ANGOLA**

João Paulo, nascido em Luanda, com 1,97 de altura e 88 kg, é um jovem com muito futuro para o basquetebol angolano. Contudo, para tal a Federação Angolana de Basquetebol (FAB) terá de antecipar a sua convocação para representar as selecções angolanas, impedindo a concorrência portuguesa, que o querem ver nas suas hostes. Por enquanto, o valor patriótico fala mais alto, e o jovem benfiquista não pensa outra coisa senão a de representar Angola.

Há quanto tempo e como e onde começou a praticar o basquetebol?

Jogo basquetebol há três anos. Comecei a jogar no Sport Lisboa e Benfica, onde estou actualmente vinculado. Jogo nos sub-20.

Nunca jogou em Angola?
Nunca.



Quais são os seus grandes sonhos como basquetebolista?

Quero tornar-me num grande jogador.

Aceitava algum convite para jogar em Angola?

Aceitava sem dilações.

Está disposto em jogar pela selecção angolana de basquetebol?

Sim, mas nunca fui convidado.

Qual seria a vantagem de representar a selecção de Angola?

Eu acho que é o sonho de qualquer desportista representar o seu País.

Qual é o nível comparativo que faz entre o basquetebol angolano e o português?

Pelos jogos que vi o basquetebol jogado em Portugal é mais táctico, mas o angolan

lano é muito competitivo. Tem um campeonato que não fica muito a dever-se de algumas ligas europeias. Precisa de ser mais promovido do ponto de vista mediático.

Além de Angola, já sonhou com a NBA?

Qualquer jogador tem o sonho de jogar na NBA, mas é complicado se não houver treino e dedicação. ■

DEPOIS DE TIRAR A EQUIPA DO POÇO**LITO VIDIGAL INJUSTIÇADO PELA UNIÃO DE LEIRIA**

A União de Leiria anunciou ter dispensado o técnico angolano Lito Vidigal das suas funções. De acordo com Mário Cruz, "há uma incompatibilidade entre a administração da SAD e o treinador". O administrador diz que as motivações para o despedimento de Lito Vidigal, que tinha contrato com o clube até 2012, "são questões internas. Da nossa parte não haverá qualquer palavra sobre isso". João Bartolomeu, presidente do clube leiriense alega ter sido insultado por Vidigal e o técnico já respondeu, através da sua advogada, Ana Rita Campos, que falou de um espectáculo "radiofónico" de Bartolomeu e recorda que a lei está a ser violada pelos dirigentes da União. "Todas as pessoas que conhecem Lito Vidigal sabem que é uma pessoa séria e bem formada. O presidente da U. Leiria SAD pretende fazer crer o contrário e iludir as pessoas", disse a causídica. Enquanto isso, Lito Vidigal exige uma indemnização à União de Leiria por um "despedimento feito na Comunicação Social" e acusa o presidente da SAD, João Bartolomeu, de mentir sobre os ordenados em atraso e outras alegadas dívidas. Num comunicado enviado à agência Lusa, os advogados de Vidigal acusam o clube de violar "deliberadamente o dever de proporcionar ao trabalhador a ocupação efectiva na sua função de treinador". Em causa está o facto de Vidigal ter sido impedido de treinar e de aceder ao autocarro que transportaria a equipa para estágio. O treinador

já fez entrar na Liga um requerimento para impedir a inscrição do clube nas competições profissionais, por ordenados em atraso e outras prevaricações, mas Bartolomeu garante que nada deve e frisa que a anterior equipa técnica é que tem de devolver 65 mil euros. A SAD considera-se credora, na sequência do processo litigioso que envolveu a saída do treinador do Portimonense, na época passada. "O presidente da União de Leiria terá que provar o que, levemente, afirma. O que a União de Leiria pagou ao Portimonense teve exclusivamente a ver com o receio de perda de três pontos nos termos do artigo 67-A do Regulamento Disciplinar da Liga", lê-se ainda no comunicado. ■

**NO ESTÁDIO DO RESTELO****PALANCAS PERDEM AMISTOSO COM URUGUAI**

Os Palancas Negras perderam, este mês, diante do Uruguai, por 0-2, em jogo disputado no Estádio do Restelo, em Lisboa, em partida de preparação para a corrida ao CAN-2012, a disputar-se no Gabão e Guiné Equatorial.

Após resistir 83 minutos, Angola sofreu o primeiro golo aos 84 minutos, na sequência de uma grande penalidade cobrada por Cavani, após falta de Kali sobre um adversário, e já sobre o minuto 90 Abel Hernandez, uma das unidades colocadas em campo na segunda etapa pelo técnico uruguaio, elevou a contagem para 2-0, selando o marcador.

RANKING DA FIFA: PALANCAS DESCEM UM LUGAR

Angola desceu um lugar no ranking da FIFA, na lista referente ao mês de Agosto, ocupando agora a 87ª posição, com 357 pontos. Angola foi ultrapassada por El Salvador, que galgou quatro lugares e é agora o 86º colocado do ranking, com 36 pontos. A seguir aos Palancas Negras está o Uzbequistão, com 351 pontos. Entre os países africanos, Angola é o 19º melhor colocado, estando atrás de Marrocos, que é 83º no ranking FIFA, com 371 pontos, e à frente



Sob arbitragem do português Hugo Miguel, as duas selecções iniciaram a partida da seguinte forma: Angola: Lamá, Kali, Pataca, Job, Gilberto, Kivuvu, Adawa, Hugo, Geraldo, Dany e Manucho.

Uruguai: Muslera, Lugano, Vitorino, Cristian Rodriguez, Alvaro Pereira, Loco Abreu, Diego Perez, Maxi Rodriguez, Egidio Rios, Andre Scotti e Sebastian Fernandez.

do Senegal, 91º com 338 pontos. O Egipto, vencedor do CAN-2010, realizado em Angola, é o país africano melhor colocado no ranking, ocupando o nono lugar, com 1053 pontos. O Ghana, finalista vencido do CAN de Angola e que chegou aos quartos-de-final no Mundial da África do Sul, é o segundo africano (23º no ranking geral, 874 pontos), a Côte d'Ivoire terceiro (26º, 843), a Nigéria quatro (30º, 773) e a Argélia quinto (34º, 759). ■

FESTIVIDADES DO DIA 28 DE AGOSTO EM PORTUGAL

Para assinalar o sexagésimo oitavo aniversário do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que se comemora no dia 28 de Agosto, militantes, amigos e simpatizantes do MPLA, juntaram-se naquele dia, no concelho de Almada, numa iniciativa do Comité de Acção do MPLA local, com o apoio do Comité da Comunidade em Portugal.

O evento foi marcado com a realização de uma jornada político-desportiva, tendo contado com a participação de jovens desportistas das comunidades angolana e cabo-verdiana, residentes em Almada. Os militantes e amigos do MPLA em Almada foram agraciados com a presença de Rosa da Silva de Almeida, membro do Comité Central e primeira secretária do Comité da Comunidade em Portugal, ladeada por outros membros do Secretariado e do Co-

mité. No acto, foram apresentados novos militantes e entregues cartões de militante a vários membros, tendo igualmente sido distribuídos prémios de participação às equipas desportivas. David Calei, destacado membro da comunidade angolana residente em Almada e primeiro secretário do CAP desse concelho, congratulou-se com a presença de todos os militantes, amigos e simpatizantes do MPLA, que abrilhantaram o os 68 anos do Presidente da República. ■



DOS SANTOS "INCANSÁVEL COMBATENTE"

Ào assinalar o sexagésimo oitavo aniversário, o Comité da Comunidade em Portugal endereçou uma mensagem a saudar o Presidente José Eduardo dos Santos. Em comunicado, a que o Jornal Mwangolé tece acesso, o MPLA em Portugal considera José Eduardo dos Santos "incansável combatente em prol dos anseios do Povo Angolano", e que se constitui ao longo dos seus 68 anos num exemplo para os angolanos e africanos em particular, mas também para o mundo, com o seu empenho pessoal a favor dos povos oprimidos e pela PAZ no mundo". Assinala ainda que da sua trajetória política, iniciada, ainda muito jovem, em Luanda, onde nasceu a 28 de Agosto de 1942, se destacam a coerência, o amor e dedicação ao

povo, colocando sempre em primeiro lugar, defendendo a unidade e coesão nacionais. Segundo a nota do MPLA em Portugal, "sob sua liderança, o País granjeou prestígio e respeito na arena internacional, fazendo de Angola uma grande referência mundial". Assinada pela sua primeira secretária, Rosa da Silva de Almeida, o Comité do MPLA em Portugal anota que o Presidente da República é o grande impulsor do desenvolvimento económico que o País hoje conhece, através do se tem batido pela melhoria das condições de vida das populações, espelhada em alguns programas, como o da construção de um milhão de casas, pela normalização democrática e pela transparência na vida pública com o princípio da Tolerância Zero. ■